



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas (FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Bacharelado em Ciências Contábeis

MENSURAÇÃO DA DEPRECIÇÃO PELAS EMPRESAS QUE
COMPÕEM O IBrX50

Isabela Correa

Brasília-DF

2021

Isabela Correa

MENSURAÇÃO DA DEPRECIÇÃO PELAS EMPRESAS QUE COMPÕEM
O IBrX50

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis Atuariais da Universidade de Brasília, como requisito para conclusão do curso de bacharelado em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof^ª. Dr^ª. Francisca Aparecida de Souza

Brasília – DF

2021

Resumo

O Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado - orienta o tratamento contábil para os ativos das entidades (mensuração, reconhecimento e evidenciação). O objetivo do presente estudo é verificar se as empresas que compõem o Índice Brasil 50 (IBrX50) depreciam os seus ativos imobilizados de acordo com as orientações do CPC 27- Ativo Imobilizado. Para tanto, as notas explicativas das empresas do IBrX50, do ano de 2019, foram coletadas e examinadas com o intuito de verificar se as empresas utilizam as orientações do CPC 27 no cálculo da depreciação de seus ativos imobilizados, ou utilizam as taxas de depreciação definidas pela Receita Federal do Brasil para os grupos edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, e veículos. Os resultados mostraram que nos grupos dos ativos imobilizados pesquisados nas empresas do IBrX50 existe uma forte adoção do CPC 27- Imobilizado - como método de evidenciação e mensuração da depreciação. O presente estudo contribui para um melhor entendimento da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado pelas empresas.

Palavras-chave: Ativo imobilizado. Depreciação. CPC 27.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1 Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC - 27 Ativo Imobilizado	6
2.2 Ativo Imobilizado	7
2.3 Vida Útil do Imobilizado	8
2.4 Depreciação	9
2.5 Métodos de depreciação	10
2.6 Governança corporativa	10
2.7 Pesquisas realizadas	12
3. METODOLOGIA	13
4. RESULTADOS	15
4.1 Edificações	15
4.2 Instalações	16
4.3 Máquinas e Equipamentos	17
4.4 Móveis e Utensílios	18
4.5 Veículos.....	19
5. CONCLUSÃO.....	19
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21

1 INTRODUÇÃO

“As normas de Brasileiras de contabilidade estão em processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade” (CFC, 2021). Isso significa que as normas internacionais IFRS são traduzidas e analisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e são transformadas em Normas Brasileiras de Contabilidade pelo CFC. A Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, trouxe de forma significativa essa proposta de mudança na contabilidade brasileira com o objetivo de minimizar os diferentes critérios e práticas para reconhecimento e mensuração das transações ocorridas.

Algumas empresas brasileiras se beneficiam com os limites de dedutibilidade das despesas de depreciação taxadas pela Receita Federal do Brasil (RFB). Como por exemplo as empresas que utilizam o lucro real como método de apuração do IRPJ e da CSLL, que devido à redução no cálculo desses tributos são motivadas a utilizarem as taxas de depreciação definidas pela RFB.

A Instrução Normativa RFB nº 1700 (BRASIL, 2017) define as taxas de depreciação a serem utilizadas pelas empresas. No caso de as empresas optarem por não utilizarem essas taxas de depreciação deverão então apresentar laudo pericial do Instituto Nacional de tecnologia, ou de outra entidade oficial de pesquisa científica ou tecnológica (BRASIL 2018), para justificar as taxas utilizadas.

Dessa forma, a divulgação desse laudo deve estar de acordo com a premissas do CPC 27 – Imobilizado - (CPC, 2009), onde o reconhecimento do ativo, a determinação do seu valor contábil e de depreciação, as perdas por desvalorização a serem reconhecidas, e o tratamento contábil sejam voltados ao entendimento do usuário interno e externo, facilitando o discernimento quanto ao investimento na entidade em seus ativos imobilizados.

Cada empresa mantém um nível de governança corporativa, que regula o seu funcionamento com regras e atividades, com a finalidade atribuir valor ao negócio e de intermediar os interesses dos sócios. Diante disso, espera-se que quanto mais alto o nível de governança corporativa no segmento da B3, maior é o nível de informações disponibilizadas, e maior é a padronização contábil.

Diante disso, essa pesquisa pretende investigar a seguinte questão: **As empresas que compõem o (IBrX50) depreciam os seus ativos imobilizados de acordo com as orientações do CPC 27?** O objetivo do presente estudo é verificar se as empresas que compõem o Índice Brasil 50 (IBrX50) depreciam os seus ativos imobilizados de acordo com as orientações do CPC 27.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC - 27 Ativo Imobilizado

O Comitê de pronunciamentos contábeis foi criado de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) n° 1.055/05(CFC, 2005), tendo como objetivos

os estudos, preparos e emissões de pronunciamentos técnicos de contabilidade e informações a respeito.

O Pronunciamento técnico CPC 27, que trata o ativo imobilizado, foi emitido em junho de 2009, de acordo com à Norma Internacional de Contabilidade - IAS 16 – *Property, Plant and Equipment*, do *International Accounting Standards Board* (IASB). Em seguida, o CPC 27 foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pelo CFC, (SILVA; KUTIANSKI; SCHERER, 2018).

2.2 Ativo Imobilizado

O CPC 27 (CPC, 2009) tem como finalidade orientar o tratamento contábil para os ativos imobilizados da entidade (mensuração, reconhecimento e evidenciação), de forma que os usuários da informação possam compreender a informação sobre o ativo imobilizado da entidade, assim como as suas mutações.

Diante disso, o CPC 27 (CPC 27, 2009, Item 6) define imobilizado como sendo um tangível mantido para uso na produção ou no fornecimento de mercadorias e serviços, para aluguel ou outros, ou para uso na administração; além disso, se espera utilizar o bem por mais de um período.

No artigo 179 da legislação da sociedade por ações (BRASIL, 1976), ativo imobilizado é definido como:

IV – No ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

Baptista e Gonçalves (2004) classificam as imobilizações em duas classes. Imobilizado em operação, onde foi constituído pelos bens e direitos que se encontram em normal utilização instituídos de acordo com a atividade da sociedade. E os imobilizados em andamento, formados pela aplicação de recursos em ativos que ainda não estão em funcionamento.

Segundo IUDÍCIBUS (2013), no ativo imobilizado são incluídos todos os ativos tangíveis ou corpóreos de longa duração, destinados ao funcionamento e/ou manutenção da atividade na sociedade. São mantidos para produção e comercialização de mercadorias e serviços, onde possuem expectativas de serem utilizados por mais de doze meses. São reconhecidos como ativos se capazes de gerar benefícios econômicos de acordo com sua utilização.

De acordo com o Pronunciamento CPC 27 (CPC, 2009) a mensuração do imobilizado é realizada pelo custo conforme seu preço de aquisição, acrescidos de impostos, com as deduções de descontos e abatimentos, somados aos custos necessários para alocar o ativo e para colocá-lo em pleno funcionamento, incluindo os custos de desmontagem, remoção, restauração. O reconhecimento dos custos no valor contábil de um item do ativo imobilizado cessa quando o item está no local e nas condições operacionais estabelecidas pela administração. Os gastos com reparos ou reformas em algum item, é acrescido no custo desse ativo se ocasionar um aumento na produtividade ou na vida útil econômica desse bem.

Tendo em vista que a vida útil é uma expectativa da empresa em relação aos benefícios futuros gerados de acordo com a utilização de cada ativo, há uma necessidade de além de sua mensuração a reavaliação ao final de cada exercício. Caso haja divergência na reavaliação, deve ser contabilizada.

2.3 Vida Útil do Imobilizado

A vida útil de um bem é definida como sendo o período em que a entidade espera utilizá-lo, ou o número de unidades de produção, ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

Segundo Almeida (2010), a vida útil representa o tempo em que o ativo estará em atividade operacional. Esse tempo pode ser limitado devido a deterioração e/ou a obsolescência do bem. Deterioração é o desgaste físico do bem e a obsolescência é o processo em que o bem se torna ultrapassado em função de novas tecnologias ou processos atualizados.

De acordo com o CPC 27(CPC, 27, ITEM 56, 2009) os fatores que determinam a vida útil de um ativo são:

- a) Uso esperado do ativo que é avaliado com base na capacidade ou produção física esperadas do ativo;
- b) Desgaste físico normal esperado, que depende de fatores operacionais tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparos e manutenção e o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- c) Obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço derivado do ativo.

- d) Reduções futuras esperadas no preço de venda de item que foi produzido usando um ativo podem indicar expectativa de obsolescência técnica ou comercial do bem, que, por sua vez, pode refletir uma redução dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo; (Alterada pela Revisão CPC 08)
- e) Limites legais ou semelhantes no uso do ativo, tais como as datas de término dos contratos de arrendamento relativos ao ativo.

2.4 Depreciação

Hendriksen e Van Breda (1999) apresentam a palavra depreciação como vinda do latim, *pretium*, significando preço ou valor. Com o prefixo *de*, indica uma redução do preço ou valor.

Os ativos imobilizados que configuram bens tangíveis utilizados para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel ou outros, ou para fins administrativos e que se espera utilizar por mais de um período, passam por desgastes físicos devido a utilização e as adversas situações diárias, o que denominamos depreciação.

Dantas (2017) define depreciação como “alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil.” Valor depreciável é definido como “custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual.” Segundo o CPC 27 (2009) o valor depreciável de um ativo deve ser apropriado de forma sistêmica ao longo da sua vida útil estimada.

A Lei das Sociedades por Ação (BRASIL, 1976, Art. 183) define depreciação como à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

Neto (1980) explica a depreciação como perda experimentada do valor de um bem físico em consequência de um serviço proporcionado. A depreciação pode ocorrer por uso, sendo a depreciação funcional, e depreciação física que se dá pela desatualização dos equipamentos. Ressalta que esse processo causa a desvalorização do imobilizado, onde é recuperado devido a venda dos produtos finais. É um processo periódico, que ocorrerá quando a vida útil do imobilizado for maior que exercício da empresa. A depreciação arrecada dinheiro por meio das vendas dos produtos visando a reposição dos fundos aplicados, mantendo a integridade dos recursos investidos e recomposição do equipamento gasto.

2.5 Métodos de depreciação

“Os métodos de depreciação utilizados pelas empresas, caracterizam o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros.” (CPC 27, Item 60, 2009). As empresas escolhem o método mais adequado para a sua estrutura. Esse método aplicado, deve ser revisado periodicamente, ao final de cada exercício. Se for observado uma mudança no padrão de consumo previsto, o método deve ser alterado.

Existem alguns métodos listados pelo CPC 27 (CPC, 2009) e por Iudícibus (2013), que podem ser utilizados para depreciação dos ativos imobilizados. São eles:

- a) Método linear: resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere;
- b) Método dos saldos decrescentes: resulta em despesa decrescente durante a vida útil;
- c) Método de unidades produzidas: é avaliado baseado na despesa com o uso ou na produção esperada.
- d) Métodos de horas de trabalho: representa a depreciação em horas de trabalho durante a vida útil do bem.

2.6 Governança corporativa

O sistema de governança foi criado com o objetivo de dar direção, controle e de promover valor aos sócios de cada entidade. Envolve um conjunto de regras e atividades que regulam o funcionamento das empresas, priorizando os interesses e as mediações entre os acionistas e os executivos que a operam. De acordo com seus princípios, a governança garante que as decisões que são tomadas, sejam eficazes, diminuindo os riscos existentes, mantendo a eficiência operacional e a maximização dos resultados (ALONSO, 2016).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), define governança corporativa como uma ferramenta de controle e incentivo, onde as empresas e demais organizações são regulamentadas em observância direta com relacionamentos entre sócios, conselho da administração, diretoria, órgãos de fiscalização, e demais partes interessadas. A governança corporativa transforma princípios básicos em confiança nas relações com terceiros. Podemos citar a transparência, equidade, prestação de contas e

responsabilidade corporativa, como os pilares da governança, que transformam e alinham seus interesses, contribuindo assim para a qualidade da gestão da organização.

A Brasil, Bolsa e Balcão (B3), a partir da década de 90, adotou os segmentos com a finalidade de oferecer transparência ao investidor, juntamente com a Lei das sociedades por Ações, com o objetivo de melhoria nas avaliações das empresas que decidirem aderir a um dos segmentos da listagem. Isso resulta em uma maior atratividade para os acionistas, pois as regras garantem a divulgação das informações e a simetria de informação.

A B3 implantou em 2000, o regulamento de listagem do novo mercado e o regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa, onde o objetivo era que a Bolsa de valores e entidades de mercado balcão auxiliassem o Comissão de Valores Mobiliários (CVM), fiscalizando as entidades autorreguladoras, suas atividades e operações realizadas, com autonomias administrativa, financeira e patrimonial. Os segmentos especiais foram desenvolvidos com a finalidade de proporcionar um ambiente de negociação seguro, onde preservasse o interesse dos investidores e a valorização das companhias. (ZIBORDI, 2007).

O segmento novo mercado, estabeleceu um padrão de governança corporativa diferenciada, pois efetivou um alto nível de transparência e governança exigido pelos investidores para novas aberturas de capital. É recomendado para as entidades que desejam realizar grandes ofertas, direcionadas para todos os tipos de investidor. (B3)

A B3 informa que as empresas listadas no nível 1, possuem práticas que favorecem a transparência e a melhoria do acesso as informações pelos investidores. Com esse objetivo, divulgam informações adicionais às exigidas na lei. A empresa se compromete a manter pelo menos 25% ações circulando no mercado, o free float.

As empresas listadas no nível 2, se comprometem a cumprir as regras do nível 1, e um conjunto maior de práticas de governança, relativas aos direitos societários dos acionistas minoritários. (Zibord, 2017). Elas possuem somente ações preferenciais no mercado, assegurando aos acionistas o mesmo tratamento concedido ao acionista controlador. (B3).

O Modelo tradicional – Bovespa de governança, dispõe listadas as empresas que decidirem cumprir apenas as obrigações básicas cobradas pela Lei das Sociedades por ações.

Tabela 1: Comparativo dos Segmentos de listagem

Segmentos de Listagens	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado
Características das ações emitidas	Permite a existência de ações ON e PN (conforme legislação)	Permite a existência de ações ON e PN (com direitos adicionais)	Permite a existência somente de ações ON
Percentual mínimo de ações em circulação (free float)	No mínimo 25% de free float		
Distribuições públicas de ações	Esforço de dispersão acionária		
Vedação a disposição estatutárias	Não há regra	Limitação de voto inferior a 5% do capital, quórum qualificado e "cláusulas pétreas"	
Composição do Conselho de Administração	Mínimo de 3 membros (conforme legislação), com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 5 membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes com mandato unificado de até 2 anos	
Vedação à acumulação de cargos	Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (carência de 3 anos a partir da adesão)		
Obrigação do Conselho de Administração	Não há regra	Manifestação sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da companhia	
Demonstrações Financeiras	Conforme legislação	Traduzidas para o inglês	
Reunião pública anual	Obrigatória		
Calendário de eventos corporativos	Obrigatória		
Divulgação adicional de informações	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta		
Concessão de Tag Along	80% para ações ON (conforme legislação)	100% para ações ON e PN	100% para ações ON
Oferta pública de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico	Conforme legislação	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída o segmento.	
Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado	Facultativo	Obrigatório	

Fonte: Própria

2.7 Pesquisas Anteriores

Apresento algumas pesquisas que ajudaram na construção desse estudo, com objetivos e análises semelhantes ao descrito.

Dornelles (2011) apresenta em seu artigo as principais mudanças trazidas pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27, juntamente com as exigências estabelecidas pela Lei 11.638 (2017) no tratamento dos investimentos realizados em ativos imobilizados pelas empresas.

Wink (2013) dispõe em seu estudos sobre a análise de demonstrações consolidadas do segmento de material rodoviário da MB&BOVESPA, com o objetivo de verificar quais empresas da amostra tiveram necessidades e quais foram, para publicar os saldos contábeis de acordo com as regras internacionais instituídas no Brasil, abordando as transcrições legais das alterações que o ativo imobilizado e seu grupo de contas sofreu com a convergência normativa societária, utilizando também uma análise paralela da legislação fiscal.

Cumurú (2015) em sua pesquisa aborda a prática contábil adotada pelas empresas dos níveis 1, 2 e novo mercado de governança corporativa da BM&BOVESPA em relação ao ativo imobilizado. Utiliza em sua composição uma amostra de 97 empresas, com cinco classes de ativos imobilizados diferentes, e verifica se estatisticamente de forma significativa, há diferença na quantidade de empresas listadas que estimam a depreciação segundo o CPC 27 (CPC27, 2009) e as que optam por utilizar a tabela do fisco.

3. METODOLOGIA

Prodanov (2013) define a metodologia como investigação científica. Investigação essa que dispõe do método científico como um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos, visando atingir o objetivo de resolução de uma problemática.

A Segundo Beuren (2008) a pesquisa descritiva é um intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, pois não é tão preliminar quanto à exploratória, nem tão aprofundada quanto à explicativa.

A amostra foi coletada no Brasil, Bolsa e Balcão (B3) (2020), e é composta pelas empresas que compõe o Índice Brasil 50 (IBrX50), que é o indicador médio de desempenho das cotações dos 50 maiores ativos representativos e negociáveis do mercado de ações brasileiro. A escolha das empresas que compõe o IBrX50 foi feita por conveniência.

A amostra é composta por 48 empresas, pois a Petrobras e a Gerdau têm mais de um ativo no IBrX50, sendo assim, estas empresas foram incluídas na amostra apenas uma vez; além disso, sete empresas não apresentaram a informação sobre a depreciação em

suas respectivas notas explicativas (APÊNCICE B). Neste sentido, 41 empresas disponibilizaram em suas notas explicativas as taxas de depreciação utilizadas no exercício de 2019 (APÊNDICE A). A amostra foi classificada de acordo com o nível de governança corporativa da B3 (TABELA 2).

O modelo Tradicional - Bovespa que corresponde as empresas que decidem cumprir apenas as obrigações básicas cobradas pela Lei das Sociedades por ações, está segregada dos demais níveis por aparecer em menor quantidade na amostra e não se caracterizar em nível de governança corporativa.

Tabela 2: Amostra por nível de Governança Corporativa

Nível de Governança	
Nível 1	6
Nível 2	5
Novo Mercado	29
Tradicional	
Tradicional – Bovespa	3
Total	43

Fonte: Elaboração própria.

Os ativos imobilizados mais usuais e presentes nas Demonstrações Contábeis das empresas foram selecionados: edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, e veículos. A seguir, temos a representação do prazo de vida útil em anos e a taxa anual de depreciação apresentada pela RFB (TABELA3).

Tabela 3: Taxa de depreciação definidas pela RFB

Imobilizado	Prazo de Vida Útil em Anos	Taxa Anual de Depreciação
Edificações	25	4%
Instalações	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Móveis e Utensílios	10	10%
Veículos	5	20%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da RFB (BRASIL, 2017).

Após a coleta dos dados, as empresas foram segregadas por níveis de governança corporativa: nível 1, nível 2, novo mercado e tradicional e a análise comparativa. Em seguida, a análise comparativa foi realizada entre as taxas de depreciação adotadas pelas empresas e as taxas de depreciação divulgadas pela RFB (IN 1700, 2017). Essa comparação evidenciou as empresas que utilizam os critérios de evidenciação da depreciação de acordo com o CPC 27 (CPC, 2009), e as empresas que ainda optam pelas orientações da RFB.

4. RESULTADOS

Utilizando pesquisas anteriores, obtivemos algumas premissas para comparabilidade dos nossos resultados. Cumurú (2015) ao verificar nas empresas da BM&BOVESPA a adoção do CPC 27 utilizando uma amostra de 97 empresas, com as informações coletadas nas notas explicativas do ano de 2014, verificou que em sua grande maioria ainda não fazia a adoção do CPC 27 para mensuração e evidenciação dos ativos imobilizados e conseqüentemente da depreciação. Ao utilizar o mesmo grupo dos ativos imobilizados, verificou-se que no seguimento de instalações, móveis e utensílios, e veículos mais de 60% das empresas não adotavam o CPC 27. Neste estudo há a disponibilidade uma amostra menor, porém com uma grande mudança de comportamento das empresas que em sua grande maioria adotam o CPC 27.

4.1 Edificações

A amostra inicial contém 41 empresas, porém somente 33 empresas apresentam o ativo imobilizado – edificações, e disponibilizaram as taxas de depreciação em suas notas explicativas. Após a coleta, foram segregadas segundo o nível de governança corporativa. Observou-se que mais de 75% das empresas de diferentes níveis de governança corporativa adotam o CPC 27 como método de evidenciação da depreciação. O nível de governança novo mercado possui 18 empresas que publicaram as taxas de depreciação, e destas 18 empresas adotam o CPC 27 (TABELA 4) (A lista de empresas participantes desse imobilizado está disponível no APÊNDICE C.).

Tabela 4. Frequência e percentual das empresas que adotam ou não o CPC 27.

EDIFICAÇÕES					
Orientações para o cálculo da depreciação	Níveis de Governança Corporativa				Total
	Nível 1	Nível 2	NM	TB	
	Frequência e percentual	Frequência e percentual	Frequência e percentual	Frequência e percentual	
Adoção do CPC 27	3 = 60,00%	1 = 25,00%	3 = 14,29%	1 = 33,33%	8 = 24,24%
Adoção das taxas iguais as da RFB	2 = 20,00%	3 = 75,00%	18 = 85,71%	2 = 66,64%	25 = 75,76%
Total	5 = 100%	4 = 100%	21 = 100%	3 = 100%	33 = 100%

Fonte: Própria.

4.2 Instalações

A amostra inicial contém 41 empresas, porém somente 29 empresas apresentam o ativo imobilizado – instalações, e disponibilizaram as taxas de depreciação em suas notas explicativas. Após a coleta, foram caracterizadas segundo o nível de governança corporativa. Como resultado obtivemos que 85% das empresas em diferentes níveis de governança corporativa utilizam o CPC 27 como referência na contabilização da depreciação. Neste item instalações, a quantidade maior de empresas é do novo mercado; sendo que a maioria delas adota o CPC 27; e todas as empresas do nível 1 também adotam o CPC 27, assim como as empresas que não estão listadas em nenhum nível de governança corporativa da B3 (TABELA 5). (A lista de empresas participantes desse imobilizado está disponível no APÊNDICE D.).

Tabela 5. Frequência e percentual das empresas que adotam ou não o CPC 27.

INSTALAÇÕES					
Orientações para o cálculo da depreciação	Níveis de Governança Corporativa				Total
	Nível 1	Nível 2	NM	TB	
	Frequência e percentual	Frequência e percentual	Frequência e percentual	Frequência e percentual	
Adoção do CPC 27	0 = 0%	1 = 50,00%	3 = 15,00%	1 = 50,00%	5 = 17,25%
Adoção das taxas iguais as da RFB	5 = 100%	1 = 50,00%	17 = 85,00%	1 = 50,00%	24 = 82,75%
Total	5 = 100%	2 = 100%	20 = 100%	2 = 100%	29 = 100%

Fonte: Própria.

4.3 Máquinas e Equipamentos

A amostra de 39 empresas apresentam o ativo imobilizado – máquinas e equipamentos, e disponibilizaram as taxas de depreciação em suas notas explicativas. Conforme a tabela 6 mostra que 31 empresas mensuram a depreciação de acordo com os critérios do CPC 27 (CPC, 2009). Neste item, o novo mercado também se destaca com mais empresas que adotam o CPC 27; bem como o nível 1 e as empresas que não estão listadas em nenhum nível de governança corporativa da B3 (TABELA 6) (A lista de empresas participantes desse imobilizado está disponível no APÊNDICE E.).

Tabela 6. Frequência e percentual das empresas que adotam ou não o CPC 27.

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS					
Orientações para o cálculo da depreciação	Níveis de Governança Corporativa				Total
	Nível 1	Nível 2	NM	TB	
	Frequência e percentual	Frequência e percentual	Frequência e percentual	Frequência e percentual	
Adoção do CPC 27	1 = 16,67%	2 = 40,00%	5 = 20,00%	0 = 0%	8 = 20,51%
Adoção das taxas iguais as da RFB	5 = 83,33%	3 = 60,00%	20 = 80,00%	3 = 100%	31 = 79,49%
Total	6 = 100%	5 = 100%	25 = 100%	3 = 100%	39 = 100%

Fonte: Própria.

4.4 Móveis e Utensílios

A amostra de 34 empresas apresentam o ativo imobilizado – móveis e utensílios, e disponibilizaram as taxas de depreciação em suas notas explicativas. Em relação a esse imobilizado, o resultado mostrou que menos de 50% das empresas ainda não adotam o CPC 27, sendo mais de 66% das empresas do nível 2 de governança. (TABELA 7) (A lista de empresas participantes desse imobilizado está disponível no APÊNDICE F.).

Tabela 7. Frequência e percentual das empresas que adotam ou não o CPC 27

MÓVEIS E UTENSÍLIOS					
Orientações para o cálculo da depreciação	Níveis de Governança Corporativa				Total
	Nível 1	Nível 2	NM	TB	
	Frequência e percentual	Frequência e percentual	Frequência e percentual	Frequência e percentual	
Adoção do CPC 27	2 = 33,33%	2 = 66,67%	9 = 39,13%	1 = 50,50%	14 = 24,24%
Adoção das taxas iguais as da RFB	4 = 66,67%	1 = 33,33%	14 = 60,87%	1 = 50,00%	20 = 75,76%
Total	6 = 100%	3 = 100%	23 = 100%	2 = 100%	34 = 100%

Fonte: Própria.

4.5 Veículos

A amostra de 23 empresas apresentam o ativo imobilizado – veículos, e disponibilizaram as taxas de depreciação em suas notas explicativas. Apesar da amostra ser menor que os demais itens pesquisados, se observou que em relação à depreciação dos veículos mais de 60% segue as orientações do CPC 27. Sendo que cerca de 35% das empresas listadas ainda utilizam a taxa de depreciação divulgada pela RFB como referência no reconhecimento da depreciação. (TABELA 8). (A lista de empresas participantes desse imobilizado está disponível no APÊNDICE G.).

Tabela 8. Frequência e percentual das empresas que adotam ou não o CPC 27.

VEÍCULOS					
Orientações para o cálculo da depreciação	Níveis de Governança Corporativa				Total
	Nível 1	Nível 2	NM	TB	
	Frequência e percentual	Frequência e percentual	Frequência e percentual	Frequência e percentual	
Adoção do CPC 27	1 = 25,00%	2 = 66,67%	5 = 33,33%	0 = 0,00%	8 = 34,78%
Adoção das taxas iguais as da RFB	3 = 75,00%	1 = 33,33%	10 = 66,67%	1 = 100%	15 = 65,22%
Total	4 = 100%	3 = 100%	15 = 100%	1 = 100%	23 = 100%

VEÍCULOS					
Orientações para o cálculo da depreciação	Níveis de Governança Corporativa				Total
	Nível 1	Nível 2	NM	TB	
	Frequência e percentual	Frequência e percentual	Frequência e percentual	Frequência e percentual	
Adoção do CPC 27	1 = 25,00%	2 = 66,67%	5 = 33,33%	0 = 0,00%	8 = 34,78%
Não adoção do CPC 27	3 = 75,00%	1 = 33,33%	10 = 66,67%	1 = 100%	15 = 65,22%
Total	4 = 100%	3 = 100%	15 = 100%	1 = 100%	23 = 100%

Fonte: Própria

5. CONCLUSÃO

O objetivo do presente estudo foi verificar se as empresas que compõem o Índice Brasil 50 (IBrX50) depreciam os seus ativos imobilizados de acordo com as orientações do CPC 27- Ativo Imobilizado. Os resultados mostraram, que nos grupos do ativos

imobilizados pesquisados, mais de 50% das empresas em todos os níveis de governança corporativa adotam o CPC 27- Ativo Imobilizado- (CPC, 2009).

Observa-se ao analisar os ativos imobilizados pesquisados para esse estudo uma forte adoção do CPC 27- Imobilizado - como método de evidenciação e mensuração das empresas do Índice Brasil 50 (IBrX50). Isso evidencia que as empresas que estão na B3 e sua grande maioria tem como compromisso a padronização das informações contábeis, visando o entendimento do usuário e a melhor escolha de investimento. Mas também, é interessante observar que mesmo após 10 anos da publicação do CPC 27- Imobilizado - (CPC, 2009) ainda existem empresas, que não adotam o Pronunciamento Técnico. Algumas alegam o alto custo de avaliação desses ativos ou somente a priorização dos benefícios fiscais disponibilizados pela RFB.

As empresas que não utilizam as orientações do CPC 27 no cálculo da depreciação de seus ativos imobilizados mensuram seus ativos de acordo com as taxas definidas pela Receita Federal do Brasil, talvez essas empresas visem os benefícios existentes regime

tributário do IRPJ e CSLL; contudo, não é possível afirmar, pois não foi o foco deste estudo.

Quanto ao nível de governança corporativa, ao ser observado, não reflete qualquer padrão de comportamento quanto aos ativos imobilizados descritos nesse estudo.

Ao identificar as sete empresas que não disponibilizam as taxas de depreciação nas notas explicativas, nota-se a ausência de adoção do CPC 27. No item 73 do CPC 27 (2009), há descrição de como deve ser feito a divulgação dos critérios adotados para mensuração da classe de ativos imobilizados. A ausência dessas informações prejudica a informação contábil e a padronização que vem sendo implementada na contabilidade.

Para futuras pesquisas sugere-se verificar todas as empresas que estão listadas na B3 num período de três a cinco anos, para identificar se está havendo uma progressão de da adoção do CPC 27 - Ativo Imobilizado pelas empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm >. Acesso em: 10/04/2021.

BRASIL, **Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009**. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm. Acesso em: 10/04/2021

BASIL, Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014. Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; altera o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977 e as Leis nºs 9.430, de 27 de

dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 4.506, de 30 de novembro de 1964, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 9.656, de 3 de junho de 1998, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.893, de 13 de julho de 2004, 11.312, de 27 de junho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.716, de 21 de setembro de 2012, e 12.844, de 19 de julho de 2013; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/112973.htm. Acesso em: 10/04/2021

BRASIL. **Lei nº 4.506 de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4506.htm. Acesso em: 10/04/2021

BRASIL, **Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 10/04/2021

BRASIL, **Decreto nº 9.580 de novembro de 2018**. Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/decreto/D9580.htm. Acesso em: 10/04/2021

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS. **Pronunciamento Contábil nº 27: Ativo imobilizado**. Brasília, 2009.

CUMARÚ, Hyara Pereira. **Depreciação do imobilizado nas empresas listadas nos diferentes níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA**. 2015.

CUNHA, Mônica Aparecida da; MELLO, Fabiane Albuquerque Macedo de. **Depreciação dos Imobilizados: Conceito**. In: II Congresso Internacional do Grupo Unis. Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas, 2016.

DANTAS, Inácio. **Depreciação, Amortização e exaustão do ativo imobilizado/intangível**: Contabilidade societária e fiscal. 1º. ed. Freitas Bastos Editora, 2017

DE MACEDO, Fabrício; DA SILVA, Lucas Anderson. **Análise do nível de disclosure quanto à aplicação do Pronunciamento Técnico CPC27: Um estudo aplicado nas empresas de capital aberto do Brasil, Argentina e Chile**. Revista Contabilidade e Controladoria, v. 10, n. 2, 2019.

DE MELLO, Gilmar Ribeiro; BITENCOURT, Ana Carolina Esteves Passos; DE MAGALHÃES, Arthur Olivare. **O Conceito de depreciação da contabilidade: uma análise nos livros de contabilidade para iniciantes**. Revista Faz Ciência, v. 9, n. 9, p. 323.

DORNELLES, Daniel dos Santos. **CPC 27: os reflexos do novo tratamento contábil dos investimentos em ativo imobilizado**. 2011.

DOS SANTOS, Cleônimo. **Depreciação de bens do ativo Imobilizado**. 6º.ed. São Paulo: IOB SAGE, 2014.

- FIORINI, Filipe Antônio; JUNIOR, Nelson Alonso; ALONSO, Vera Lucia Chaves. **Governança Corporativa: Conceitos e Aplicações**. Proceedings of the XIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (SEGet), Rezende, Brazil, p. 30-31, 2016.
- HENDRIKSEN, Eldon; BREDA, Michael. **Teoria da contabilidade**. 5°.ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- IAS – InternationalAccountingStandards -**IAS 16 - Imobilizado**, de 1 de janeiro de 2011.
- MACHADO, Michele Rílany Rodrigues et al. **Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 6, n. 15, p. 3-22, 2012.
- NETO, Alexandre Assaf. **Depreciação: Conceitos, aspectos e descapitalização**. São Paulo: Revista de Administração IA- USP. Vol. 15. 1990.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.
- RECH, Bárbara Gonçalves. **Evolução das taxas de depreciação contábil-uma análise do setor de bens industriais da B3**. 2019.
- SILVA, Monica Campos da; KUTIANSKI, Sandi; SCHERER, Luciano Marcio. **Fatores explicativos do nível de evidenciação do ativo imobilizado: Um estudo nas empresas do setor industrial listadas na BM&FBOVESPA**. 2014.
- VIEIRA, James; BARRETO, Rodrigo. **Governança, gestão de riscos e integridade**. Brasília: Coleção Enap, 2019.
- WINK, Eduardo et al. **Evidenciação das Contas do Ativo Imobilizado: um estudo em empresas listadas na BM&Bovespa**. Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde, v. 40, n. 1, p. 121-133, 2013.
- ZIBORDI, C. de. MA **Os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa da Bovespa**. XV Seminário de Investigação científica, v. 15, 2007.

APÊNDICES

Apêndice A – Empresas listadas na IBRX 50 utilizadas no estudo

EMPRESAS LISTADAS IBRX50	
AMBEV S/A	LOJAS AMERC
AZUL	LOJAS RENNER
B3	MAGAZ LUIZA
BRASIL	MARFRIG
BRADESCO	MULTIPLAN
BRF SA	GRUPO NATURA
B2W DIGITAL	PETROLEO BRASILEIRO S.A
CCR SA	PETROBRAS DISTRIBUIDORA
CIELO	PETRORIO
CEMIG	RAIADROGASIL
COGNA ON	RUMO S.A
SID NACIONAL	LOCALIZA
CYRELA REALT	SABESP
GERDAU	SUZANO S.A
INTERMEDICA	TOTVS
GOL	ULTRAPAR
IRBBRASIL RE	USIMINAS
ITAUSA	VALE
ITAUNIBANCO	VIAVAREJO
JBS	WEG
KLABIN S/A	

Fonte: Própria.

Apêndice B – Empresas listadas na IBRX 50 que não foram utilizadas no estudo

EMPRESAS LISTADAS IBRX50 NÃO UTILIZADAS NO ESTUDO	
BBSEGURIDADE	ELETROBRAS
BTGP BANCO	EQUATORIAL
BR MALLS PAR	SUL AMERICA
CVC BRASIL	

Fonte: Própria

Apêndice C- Empresas que apresentam Ativo Imobilizado – Edificações.

EMPRESA	TAXA
NÍVEL 1	
BRDESCO	4,00%
GERDAU	3,03% a 5,0%
ITAUUNIBANCO	4,00%
LOJAS AMERC	4,00%
USIMINAS	17,00%
NÍVEL 2	
AZUL	10,00%
KLABIN S/A	2,86% a 3,33%
MULTIPLAN	4,00%
PETROLEO BRASILEIRO S.A.	2,50%
NOVO MERCADO	
B3	6,40%
BRASIL	4,0% a 10,0%
BRF SA	5,83%
B2W DIGITAL	4,00%
CCR SA	3,00%
COGNA ON	4,00%
INTERMEDICA	2,00%
IRBBRASIL RE	4,00%
JBS	2,0% a 10,0%
LOJAS RENNER	1,66%
MARFRIG	3,55%
GRUPO NATURA	1,66% a 7,14%
PETROBRAS DISTRIBUIDORA	1,66%
RAIADROGASIL	2,5% a 2,7%
RUMO S.A	4% a 5%
LOCALIZA	1,40%
SABESP	3,00%
SUZANO S.A	3,00%
ULTRAPAR	3,13%
VALE	2,0% a 33,33%
VIAVAREJO	2,50%
TRADICIONAL	
AMBEV S/A	4,00%
CEMIG	3,33%
SID NACIONAL	2,63%

Fonte: Própria

Apêndice D - Empresas que apresentam o Ativo Imobilizado – Instalações.

EMPRESA	TAXA
NÍVEL 1	
BRDESCO	4,00%
GERDAU	3,03% a 5,0%
ITAUUNIBANCO	4,00%
LOJAS AMERC	4,00%
USIMINAS	17,00%
NÍVEL 2	
KLABIN S/A	2,86% a 10,0%
MULTIPLAN	10,00%
NOVO MERCADO	
B3	9,70%
BRASIL	10,00%
BRF SA	5,83%
B2W DIGITAL	4,50%
CCR SA	3,00%
CIELO	10,00%
CYRELA REALT	10,00%
INTERMEDICA	14,00%
JBS	5,0% a 10,0%
LOJAS RENNEN	5,0% a 10,0%
MARFRIG	3,55%
GRUPO NATURA	1,66% a 33,33%
RAIADROGASIL	7,4% a 10,0%
RUMO S.A	8,0% a 11,0%
SUZANO S.A	5,00%
ULTRAPAR	3,13%
TOTVS	6,7% a 25,0%
VALE	2,0% a 33,33%
VIAVAREJO	7,69%
WEG	2,0% a 3,0%
TRADICIONAL	
AMBEV S/A	10,00%
SID NACIONAL	4,76%

Fonte: Própria

Apêndice E - Empresas que apresentam o Ativo Imobilizado – Máquinas e Equipamentos

EMPRESA	TAXA
NÍVEL 1	
BRADESCO	10,00%
GERDAU	5,0% a 10,0%
ITAU SA	6,4% a 20%
ITAUUNIBANCO	10,0 a 20,0%
LOJAS AMERC	4,50%
USIMINAS	20,00%
NÍVEL 2	
AZUL	8,33% a 20,0%
GOL	10,00%
KLABIN S/A	2,86 a 10,0%
MULTIPLAN	10,00%
PETROLEO BRASILEIRO S.A.	5,00%
NOVO MERCADO	
B3	13,60%
BRASIL	10,00%
BRF SA	6,57%
B2W DIGITAL	6,70%
CCR SA	13,00%
CIELO	10,0% a 20,0%
COGNA ON	10,00%
CYRELA REALT	10,00%
INTERMEDICA	14,00%
JBS	5,0% a 10,0%
LOJAS RENNEN	5,0% a 10,0%
MAGAZ LUIZA	5,00%
MARFRIG	12,56%
GRUPO NATURA	6,66% a 33,33%
PETROBRAS DISTRIBUIDORA	3,22% a 14,28%
PETRORIO	10,00%
RAIADROGASIL	7,1% a 15,8%
RUMO S.A	8,0% a 11,0%
SABESP	16,50%
SUZANO S.A	5,00%
TOTVS	6,7% a 25,0%
ULTRAPAR	7,69%
VALE	2,5% a 33,33
VIAVAREJO	10,00%
WEG	5,0% a 20,0%
TRADICIONAL	
AMBEV S/A	6,66%
CEMIG	6,25%
SID NACIONAL	4,76%

Fonte: Própria

Apêndice F - Empresas que apresentam o Ativo Imobilizado – Móveis e utensílios

EMPRESA	TAXA
NÍVEL 1	
BRADESCO	10,00%
GERDAU	10,0% a 20,0%
ITAUSA	10,00%
ITAUUNIBANCO	10,0% a 20,0%
LOJAS AMERC	4,50%
USIMINAS	33,00%
NÍVEL 2	
AZUL	20,00%
GOL	10,00%
MULTIPLAN	10,00%
NOVO MERCADO	
B3	13,70%
BRF SA	6,67%
B2W DIGITAL	4,50%
CCR SA	10,00%
CIELO	10,00%
COGNA ON	10,00%
CYRELA REALT	10,00%
INTERMEDICA	10,00%
IRBBRASIL RE	10,00%
LOJAS RENNER	10,0 a 25,0%
MAGAZ LUIZA	10,00%
MARFRIG	12,56%
GRUPO NATURA	4,0% a 50,0%
PETRORIO	10,00%
RAIADROGASIL	7,4% a 10,0%
RUMO S.A	10,0 a 15,0%
LOCALIZA	10,00%
SABESP	6,80%
SUZANO S.A	10,0% a 20,0%
TOTVS	10,0% a 25,0%
ULTRAPAR	11,11%
VIAVAREJO	7,69%
WEG	7,0% a 10,0%
TRADICIONAL	
AMBEV S/A	10,00%
SID NACIONAL	8,33%

Fonte: Própria

Apêndice G - Empresas que apresentam o Ativo Imobilizado – Veículos

EMPRESA	TAXA
NÍVEL 1	
BRADESCO	20,00%
GERDAU	20,0% a 33,33%
ITAU SA	20,0% a 25,0%
USIMINAS	71,00%
NÍVEL 2	
AZUL	20,00%
GOL	20,00%
MULTIPLAN	10,00%
NOVO MERCADO	
BRASIL	10,00%
BRF SA	32,37%
CIELO	20,00%
CYRELA REALT	20,00%
INTERMEDICA	17,00%
IRBBRASIL RE	20,00%
JBS	5,0% a 20,0%
LOJAS RENNEN	20,00%
MAGAZ LUIZA	20,00%
GRUPO NATURA	20,0 a 50%
RAIADROGASIL	20,0 a 23,7%
SUZANO S.A	10,0 a 20,0%
TOTVS	33,00%
ULTRAPAR	14,28%
VIAVAREJO	25,00%
TRADICIONAL	
CEMIG	14,29%

Fonte: Própria

Apêndice H- Bibliografia referente as empresas participantes do estudo.

Ambev. Relatório da Administração 2019. Disponível em:
<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/c8182463-4b7e-408c-9d0f-42797662435e/6fdc58f0-b53d-cc9f-cca9-55efd5d12801?origin=2> . Acesso em 05/04/2021.

Azul S.A. Demonstrações Financeiras 2019,2018 e 2017. Disponível em:
<https://static.poder360.com.br/2020/03/itr-resultados-azul-2019-12mar2020.pdf> . Acesso em 05/04/2021.

07/04/2021.

Banco BTG S.A. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: <
http://ri.btgpactual.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=64815&id=0&submenu=0&img=0&ano=2019>.

BBrasil. Demonstrações Financeiras Padronizadas 2019. Disponível em: <
<https://ri.bb.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>>. Acesso em
07/04/2021.

BB Seguros Participações S.A. Exercício 2019. Disponível em: <<https://www.bb.com.br/docs/portal/bbseguros/BB%20Seguros%20demonstracoes%20contabeis%202019.pdf>>. Acesso em 05/04/2021.

Blog Trading Bolsa. Níveis de Governança Corporativa – Entenda a importância. Disponível em: <<https://www.investmentonabolsa.com/2014/12/niveis-de-governanca-corporativa.html>>. Acesso em 10/04/2021

Bradesco. Demonstrações Contábeis Consolidadas 2019. Disponível em: <<http://www.dsald.com.br/EMPRESAS/Bancos/Bradesco/DFP2019.pdf>>. Acesso em 05/04/2021.

BRF S.A.. Demonstrações Financeiras 2018 e 2019. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/4d44a134-36cc-4fea-b520-393c4aceabb2/d3594fe5-4e13-5b33-47e6-a12faa220016?origin=1>>. Acesso em 05/04/2021

BR MALLS PAR. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: <https://ri.brmalls.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=51653>. Acesso em 07/04/2021.

B2W Digital. Resultado exercício 4º trimestre 2019. Disponível em: <<https://static.b2wdigital.com/upload/releasesderesultados/00003337.pdf>> . Acesso em 05/04/2021.

B3. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: <<https://globalreports.com.br/wp-content/uploads/2020/06/b3dpf19.pdf>>. Acesso em 07/04/2021.

B3. Bolsa, Brasil e Balcão: Índice Brasil 50, 2021. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-brasil-50-ibrx-50-composicao-da-carteira.htm>. Acesso 01/03/2021.

CCR. S.A Demonstrações Financeiras Padronizadas 2019. Disponível em: <<http://www.dsald.com.br/EMPRESAS/Transporte/Explora%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rodovias/CCR/Demonstra%C3%A7%C3%B5es%20Financeiras%202019.pdf>>. Acesso em 07/04/2021.

CEMIG. Demonstrações Financeiras Anuais completas 2019. Disponível em: <https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/716a131f-9624-452c-9088-0cd6983c1349/central-de-resultadoscentral-de-downloads/2eee5e6825cf88193a2173677941432298111e72b420a03c3e4aaec065969bbe/demonstracoes_financeiras_anuais_completas_de_2019.pdf> . Acesso em 05/04/2021.

Cielo S.A. Demonstrações Financeiras Padronizadas 2019. Disponível em: <<https://apicatalog.mziq.com/filemanager/v2/d/4d1e73-b068-4443-992a-3d72d573238c/b9213881-7e30-d82b-da71-0f85186142fa?origin=2>>. Acesso em 05/04/2021

Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. Disponível em: <https://ecgi.global/sites/default/files/codes/documents/ibcg_sep2009_pt.pdf>. Acesso em 15/04/2021.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade 2019. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/perguntas-frequentes/normas-brasileiras-de->

contabilidade/#:~:text=As%20normas%20internacionais%20de%20contabilidade%20que%20t%C3%AAm%20por%20base%20as,Brasileiras%20de%20Contabilidade%20pelo%20CFC.>. Acesso em: 30/04/2021.

Cogna Educação S.A. Demonstrações financeiras consolidadas 12/2019. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/e1110a12-6e58-4cb0-be24-ed1d5f18049a/18ed7e6a-c911-04f0-8b9c-f04955d92e2a?origin=2>>. Acesso em 05/04/2021.

Companhia Siderúrgica Nacional. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/29633c00-23f7-4765-9594-926012179477/c027a5c7-9a3b-4ca9-a4d2-8876aa4b8139_CSN_DFs%202019_04032020.pdf>. Acesso em 05/04/2021.

CVC Brasil S.A. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Demonstra%C3%A7%C3%B5es%20Financeiras%20auditadas%202019.pdf>>. Acesso em 06/04/2021.

Cyrela Brazil Realty. Demonstrações Financeiras Padronizadas 2019. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/d7617e78-1c42-4341-83ae-a1faa8569ca8/1ba5d0b6-a42d-491e-a3fb-334c47a5c8d2?origin=1>>. Acesso em 06/04/2021.

Eletrobras S.A. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: <<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DFP%202019%2031-12-2019.pdf>>. Acesso em 07/04/2021.

Equatorial Energia S.A. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/62b21cba-838c-49a4-aaef-e0fb2350c169/7aca6d11-97bd-bcf9-8124-2a8106478ffd?origin=1>>. Acesso em 06/04/2021

https://mz-prod-cvm.s3.amazonaws.com/20010/DFP/2020/e09446ee-76a8-43c9-af78-176adef4e0ff/20200523092336684399_02001020191231401.pdf>. Acesso em 06/04/2021.

Gol. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: <https://ri.voegol.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=53858&ano=2019>. Acesso em 07/04/2021.

Guerdau. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: <https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/21e1d193-5cab-456d-8bb8-f00a49a43c1c/central-de-resultadoscentral-de-downloads/22fd2a9130d8ced8a6c5ff5a6f712719dfcfff4f0a451a1eb62a5614c2a97e5d/demonstracoes_financeiras_anuais_completas_de_2019.pdf>. Acesso em 06/05/2021

Guerdau Metalúrgica. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: <https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/21e1d193-5cab-456d-8bb8-f00a49a43c1c/central-de-resultadoscentral-de-downloads--metalurgica-gerdau/ba1a2a88d1c1e2fae18212954810a0dc0a1559a2e75a7ab0b66b2645da262b25/dfp_2019_versao_1.pdf>. Acesso em 06/05/2021

IBGC. Instituto Brasileiro de governança corporativa 2021. Disponível em: <<https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>>. Acesso em 01/04/2021.

Intermédica Saúde S.A. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: https://www.gndi.com.br/documents/20182/108860933/DF_atualizado_setembro2020.pdf/a957caf6-49b2-8098-dc9a-125c404d9893. Acesso em 06/05/2021

IRB Brasil RE. Demonstrações Contábeis 2019. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/0d797649-90df-4c56-aa01-6ee9c8a13d75/a2fe8c44-1958-4e05-82e4-8407f08e6817?origin=1>. Acesso em 07/04/2021

Itaú S.A. Demonstrações Contábeis 2019. Disponível em: <https://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/Download.aspx?Arquivo=31GRhXOaScijiUMSodxgaw>. Acesso em 07/04/2021

JBS. Relatório da Administração 2019. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/043a77e1-0127-4502-bc5b-21427b991b22/94830856-a978-ac9c-2680-e4e1a897b83e?origin=1>. Acesso em 07/04/2021

Klablin S.A. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/1c41fa99-efe7-4e72-81dd-5b571f5aa376/central-de-resultadoscentral-de-downloadsdestaques/a3188499483a4796683d8d9b9a4a4c28057df6e1996b665954ed66dc2c20b6bb/dfp_2019.pdf. Acesso em 06/04/2021.

Localiza. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/08f327aa-e610-4d9d-b683-8ff0f7caae07/b3b52442-77e2-4ca1-bb32-f212d43c046a_Demonstra%C3%A7%C3%B5es%20Financeiras%202019%20-%20Localiza.pdf

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?naoPublicado=&idAto=15004&visao=original>. Acesso em 07/04/2021

Lojas Americanas S.A. Demonstrações Financeiras Padronizadas 2019. Disponível em: <https://static.lasa.com.br/upload/arquivosparadownload/00009488.pdf>. Acesso em 05/04/2021.

Lojas Renner S.A. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/13154776-9416-4fce-8c46-3e54d45b03a3/1d069648-7325-cbd8-ee5-4d14e50b1b4e?origin=1>. Acesso em 06/04/2021

Magaz Luiza. Demonstrações Financeiras Padronizadas 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/MGLU_DF_4T20.pdf. Acesso em 07/04/2021

Marfrig. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/b8180300-b881-4e6c-b970-12ad72a86ec8/resultados-trimestrais/20f346b99b77b3a4173c1443255882e852f880ef02dbbbd55bcef1c856e1e3e9/relatorio_de_resultados_4t19.pdf. Acesso em 06/04/2021.

Multiplan. Relatório da Administração 2019. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/08dd2899-a019-4531-a90c->

f00c9f91b0ff/bbe09fe7-dc32-d050-960f-ffe614bcda94?origin=1>. Acesso em 06/04/2021.

Natura&CO Holding S.A. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: <https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/9e61d5ff-4641-4ec3-97a5-3595f938bb75/central-de-resultadoscentral-de-downloads/35c22f15834c7d5df4392d2fdd3dcd38fee3c70c48892ae560819ed881912613/demonstracoes_financeiras_em_padroes_internacionais_4t19.pdf>. Acesso em 06/04/2021.

Petrobrás S.A. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: <[https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/central-de-resultadoscentral-de-downloads/e777664dafa2dccfabf12dc7fe2279431cae0d37d0a5969d77350c6445d17950/demonstracoes_financeiras_em_r\\$_4t19.pdf](https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/central-de-resultadoscentral-de-downloads/e777664dafa2dccfabf12dc7fe2279431cae0d37d0a5969d77350c6445d17950/demonstracoes_financeiras_em_r$_4t19.pdf)>. Acesso em 06/04/2021.

Petrobrás Distribuidora S.A. Demonstrações Financeiras 2018 e 2019. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/d243bdaa-0468-4f64-8c09-ba0bcee9789b/ef59bc59-4d2a-43e0-86c4-7a368d8a8ab5_Demonstra%C3%A7%C3%B5es%20Cont%C3%A1beis%202019.pdf>. Acesso em 06/04/2021

PetroRio S.A. Demonstrações Financeiras 2018 e 2019. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/cecb3d3e-6bd6-4edd-b9b3-3cacde780cac/bd4eeac8-bd87-fa44-085a-fd63f94dc649?origin=1>>. Acesso em 07/04/2021.

Raia Drogasil S.A. Demonstrações Contábeis 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/RD_DFP2019_20200219_PT.pdf>. Acesso em 07/04/2021.

Rumo S.A. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: < https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/003f6029-d45a-44ac-9c9e-869fe5df83fc/central-de-resultadoscentral-de-downloads-rumoall-holdingall-holding/40c432451b7596ff99d5412056e36760672201db2e12e950228c94f1997ab74a/demonstracoes_financeiras_em_padroes_internacionais.pdf>. Acesso em 07/04/2021.

SABESP. Demonstrações Financeiras 2018 e 2019. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9e47ee51-f833-4a23-af98-2bac9e54e0b3/23acff68-99c8-80ae-5252-e8dd964e50aa?origin=1>>. Acesso em 07/04/2021

Sul-Americana. Relatório Anual 2019. Disponível em: <https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/e8c6cbd2-1c84-422b-ae5f-a166e084bf7e/central-de-resultadoscentral-de-downloads/aa0ace57f55f24c44063354d1bea1d87a28807c70a473f0f8c9e2c993da0bd1e/demonstracoes_financeiras_4t19.pdf>. Acesso em 07/04/2021

Suzano S.A. Demonstrações Financeiras Padronizadas 2019. Disponível em: <https://s1.q4cdn.com/987436133/files/doc_financials/quarterly/pt/2019/q4/90915.pdf>. Acesso em 07/04/2021.

TOTVS S.A. Demonstrações Contábeis 2019. Disponível em: <<https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/d3be5d49-62e7-4def-a3e1-ab25ff09f153/kit-do->

[investidorcentral-de-resultadoscentral-de-downloads/7bf533acd04b5346f3011a6c62e39f562710aa23cec5cbc5f330d179fe78e955/dfp_2019_versao_1.pdf](#)>. Acesso em 07/04/2021.

Ultrapar Participações S.A. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Ultrapar%20-%20DFP%202019.pdf>>. Acesso em 06/04/2021.

USIMINAS S.A. Relatório da Administração 2019. Disponível em: <https://www.usiminas.com/wp-content/uploads/2020/06/MINERACAO_USIMINAS_DFS_2019_otempo-1.pdf>. Acesso em

Vale. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: <http://www.vale.com/PT/investors/information-market/financial-statements/FinancialStatementsDocs/Demonstracoes_Financeiras_Completas.pdf>. Acesso em 07/04/2021.

Via Varejo S.A. Demonstrações Financeiras 2019. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/ce9bff9f-fb19-49b9-9588-c4c6b7052c9c/73cb971b-b153-44b4-b502-7878cf476789_DFP19%20VVAR_Final_v01.pdf>. Acesso em 06/04/2021

WEG S.A. Demonstrações Financeiras 2018 e 2019. Disponível em: <https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/50c1bd3e-8ac6-42d9-884f-b9d69f690602/central-de-resultadoscentral-de-downloads/9154ba6859e6a545be2675163d7579eda5176df10c8810b83b5584ce87f112ea/demonstracoes_financeiras_anuais_completas_de_2019.pdf>. Acesso em 06/04/2021.